

ATA NÚMERO CINCO**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA,
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE
NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOZE _**

---Aos dezanove dias do mês de novembro do ano dois mil e doze reuniu, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: _____

1. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 175/2012/CM, referente aos projetos em curso no Departamento de Urbanismo, Projetos e Obras Municipais – DPM – Repartição de encargos; _____
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 176/2012/CM, referente à revisão do PDM e planos de urbanização – Repartição de encargos; _____
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 177/2012/CM, referente à E37/08/AD – Empreitada de abertura de vão e pavimentação do Centro de Saúde de Tavira – Repartição de encargos; _____
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 178/2012/CM, referente à E30/11/AD – Coerciva de passadiço e cais flutuante para a ilha de Cabanas – Repartição de encargos;
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 179/2012/CM, referente aos projetos Fórum Cultural, Rua Capitão Joaquim Soares e Caminhos agrícolas Luz de Tavira – Repartição de encargos; _____
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 180/2012/CM, referente à E02/11/CP – Empreitada de conservação e restauro da Igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo (Nossa Senhora das Ondas) – Alteração à repartição de encargos; _____
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 181/2012/CM, referente à E37/05/CP – Empreitada de remodelação e ampliação do Centro Paroquial de Cabanas – Repartição de encargos; _____
8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 182/2012/CM, referente à E59/05/CP – Empreitada de execução do Pavilhão Desportivo da Luz de Tavira – Repartição de encargos; _____

9. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 183/2012/CM, referente à E65/09/CP – Empreitada de construção do Centro Escolar da Horta do Carmo (EB1 JI) – Prorrogação de prazo e nova repartição de encargos; _____
10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 184/2012/CM, referente ao Plano de liquidação dos pagamentos em atraso; _____
11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2012/CM, referente à Adequação da estrutura orgânica à Lei nº 49/2012, de 29 de agosto; _____
12. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 186/2012/CM, referente à 1ª. Alteração ao mapa de pessoal – 2012; _____
13. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2012/CM, referente à Prorrogação do prazo do contrato de prestação de serviços para a elaboração do estudo de mobilidade interurbana – Algarve Central; _____
14. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 198/2012/CM, referente ao Algarve Central – Uma Parceria Territorial “Iniciativas de Marketing Turístico” – Fornecimento de uma aplicação solução móvel de serviços públicos e informação turística – Repartição de encargos; _____
15. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 199/2012/CM, referente aos Protocolos – Almargem, Centro Social e Paroquial de Santa Maria e O Pontão – Repartição de encargos; _____
16. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 200/2012/CM, referente ao Museu da Terra – Adiamento de encargos; _____
17. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 204/2012/CM, referente ao Empréstimo quadro – Banco Europeu de Investimento (BEI) – “Recuperação da Igreja da Nossa Senhora das Ondas”; _____
18. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 206/2012/CM, referente à Aquisição de serviços para elaboração do projeto de execução de requalificação dos Armazéns Municipais (Processo nº 435-AD/09) – Repartição de encargos; _____
19. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 207/2012/CM, referente aos Trabalhos complementares à prestação de serviços para a elaboração do projeto de execução do edifício solar/reformulação do projeto de fundações e assistência técnica à obra – Repartição de encargos; _____
20. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 208/2012/CM, referente ao Núcleo Museológico Fenício – Repartição de encargos; _____
21. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 209/2012/CM, referente à Aquisição de combustíveis rodoviários – Repartição de encargos; _____

22. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 210/2012/CM, referente ao Contrato para a gestão de subprodutos de origem animal (M1) – Repartição de encargos; _____
23. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 211/2012/CM, referente à recolha dos SPOA's (M3) nos Mercados Municipais no Concelho de Tavira – Repartição de encargos; _____
24. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 212/2012/CM, referente ao Concurso público “2-CPU/12 – Fornecimento de gás propano a granel para as Piscinas Municipais, Instalações Desportivas e Estabelecimentos Escolares” – Repartição de encargos; _____
25. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 213/2012/CM, referente ao Ajuste direto 11-AD/12 – Fornecimento de gás propano a granel para as Piscinas Municipais – Repartição de encargos; _____
26. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 215/2012/CM, referente à Alteração das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis. _____

----O Presidente da Assembleia Municipal, José Ótilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos. _____

----Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros, Alberto Custódio Fernandes do Carmo, Carlos Alberto Pires Rodrigues, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Dulce Cláudia Paixão Bernardo, Elisabete Miguel Parra Rocha, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, Jaime Luís Fernandes Costa, Jean-Pierre Patrick Rancher, Joaquim da Conceição Messias Santos, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Francisco Silva, José Alberto Godinho Correia, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Ótilio Pires Baia, José Vitorino Rodrigues Pereira, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Nunes Ferreira da Silva, Luís Paulo Marques, Marcelino António Justo Teixeira, Mário Jorge Damião Ruas, Muriel Cristina Dias, Nuno André Dias Rosa Viana, Nuno Miguel Pereira Silva Encarnação, Rui Manuel Pereira António, Rui Manuel Rocha Horta, Sidónio Manuel Gonçalves Barão, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Vítor Manuel Rijo Faleiro. _____

----O Membro José Epifânio Martins Graça solicitou a suspensão do mandato pelo período de sessenta dias, do dia dezanove de novembro do ano de dois mil e doze a dezassete de janeiro de dois mil e treze, tendo a Membro Ana Celina Caetano Dias passado a Membro efetivo por igual período. _____

----A Membro Ana Celina Caetano Dias solicitou substituição tendo sido substituída por Aurélio de Jesus Domingos Cavaco substituído por Nuno Miguel Pereira Silva Encarnação, tendo-se verificado o mesmo com a Membro Filipa Alexandra Costa Lourenço substituída por Marcelino António Justo Teixeira; e o Membro Fernando Augusto Pereira substituído por Rui Manuel Pereira António. _____

----Os membros Pedro Manuel do Nascimento e Paulo Renato Faleiro Silva solicitaram a substituição tendo sido substituídos pelos membros Ana Paula Nobre Galhardo substituída por Miguel Jorge de Lucas Teixeira substituído por Luís Paulo Marques; e Mónica Alexandra Camacho substituída por Rui

Alexandre da Ressurreição Gabriel substituído por Mário Jorge Damião Ruas. _____

----A Membro Maria Isabel Pires Cruz dos Santos solicitou substituição tendo sido substituída pelo Membro Luís Nunes Ferreira da Silva. _____

---Efetuada a chamada e constatando que estavam todos presentes, o Presidente da Assembleia abriu a sessão referindo que aquela era a primeira sessão extraordinária da Assembleia Municipal que se realizava no corrente ano. Acrescentou que, como os membros sabiam, por ser uma sessão extraordinária não tinha período antes da Ordem do Dia, pelo que, antes de entrarem na Ordem de Trabalhos iria apenas propor a votação da ata número quatro referente à sessão de vinte e oito de setembro. _____

----Colocada a votação a ata foi aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor e quatro abstenções. _

----Para aquela sessão, a Ordem de Trabalhos era composta por vinte e cinco pontos, aos quais tinha sido aditado um ponto. Sendo que dos vinte e cinco pontos da Ordem de Trabalhos, dezassete estavam relacionados com repartições de encargos que, como era do conhecimento de todos, de acordo com a Lei dos compromissos tinham que ser submetidos à aprovação da Assembleia, propunha que os pontos números: _____

1. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 175/2012/CM, referente aos projetos em curso no Departamento de Urbanismo, Projetos e Obras Municipais – DPM – Repartição de encargos; _____

2. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 176/2012/CM, referente à revisão do PDM e planos de urbanização – Repartição de encargos; _____

3. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 177/2012/CM, referente à E37/08/AD – Empreitada de abertura de vão e pavimentação do Centro de Saúde de Tavira – Repartição de encargos; _____

4. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 178/2012/CM, referente à E30/11/AD – Coerciva de passadiço e cais flutuante para a ilha de Cabanas – Repartição de encargos; _

5. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 179/2012/CM, referente aos projetos Fórum Cultural, Rua Capitão Joaquim Soares e Caminhos agrícolas Luz de Tavira – Repartição de encargos; _____

7. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 181/2012/CM, referente à E37/05/CP – Empreitada de remodelação e ampliação do Centro Paroquial de Cabanas – Repartição de encargos;__

8. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 182/2012/CM, referente à E59/05/CP – Empreitada de execução do Pavilhão Desportivo da Luz de Tavira – Repartição de encargos; _____

14. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 198/2012/CM, referente ao Algarve Central – Uma Parceria Territorial “Iniciativas de Marketing Turístico” – Fornecimento de uma aplicação solução móvel de serviços públicos e informação turística – Repartição de encargos; _____

15. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 199/2012/CM, referente aos Protocolos – Almargem, Centro Social e Paroquial de Santa Maria e O Pontão – Repartição de encargos;
18. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 206/2012/CM, referente à Aquisição de serviços para elaboração do projeto de execução de requalificação dos Armazéns Municipais (Processo nº 435-AD/09) – Repartição de encargos; _____
19. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 207/2012/CM, referente aos Trabalhos complementares à prestação de serviços para a elaboração do projeto de execução do edifício solar/reformulação do projeto de fundações e assistência técnica à obra – Repartição de encargos; _____
20. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 208/2012/CM, referente ao Núcleo Museológico Fenício – Repartição de encargos; _____
21. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 209/2012/CM, referente à Aquisição de combustíveis rodoviários – Repartição de encargos; _____
22. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 210/2012/CM, referente ao Contrato para a gestão de subprodutos de origem animal (M1) – Repartição de encargos; _____
23. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 211/2012/CM, referente à recolha dos SPOA's (M3) nos Mercados Municipais no Concelho de Tavira – Repartição de encargos; _____
24. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 212/2012/CM, referente ao Concurso público “2-CPU/12 – Fornecimento de gás propano a granel para as Piscinas Municipais, Instalações Desportivas e Estabelecimentos Escolares” – Repartição de encargos; _____
25. apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 213/2012/CM, referente ao Ajuste direto 11-AD/12 – Fornecimento de gás propano a granel para as Piscinas Municipais – Repartição de encargos, fossem discutidos e aprovados, ou não, em conjunto. _____
- Após colocar a proposta à apreciação dos presentes que a aceitaram, colocava os dezassete pontos à discussão e votação em conjunto. _____
- Perguntou se algum dos presentes tinha alguma questão a levantar ou se o Presidente da Câmara pretendia pronunciar-se. _____
- O Presidente da Câmara começou por cumprimentar os presentes e referiu que apenas pretendia dar uma pequena explicação sobre os pontos em apreço. _____
- Na prática, aquelas propostas resultavam da aplicação da Lei dos compromissos para daquele modo conseguirem obter fundos disponíveis. Todos aqueles encargos resultavam de encargos que existiam na Câmara e que não iriam ter qualquer execução até ao final do corrente ano. Havia contratos de fornecimento de serviços que estavam atrasados por parte dos fornecedores, outros relativamente aos quais não tinham qualquer contato há imenso tempo, questões que estavam paradas, outras que se atrasavam, outras que não avançavam, ou seja, todas aquelas situações resultavam de casos concretos

relativamente aos quais a boa gestão e a Lei dos compromissos indicavam que deviam haver reprogramações. _____

----Assim, reprogramar aqueles dezassete pontos que tinham repartições de encargos era considerado um ato de boa gestão de modo a que, obviamente, a funcionalidade ou funcionamento da Câmara não fosse, de alguma forma, posta em causa sendo que nada iria desaparecer da contabilidade estando apenas a ser reprogramado em função das datas que nelas constavam. Aproveitava para informar que todos tinham sido aprovados por unanimidade em Reunião de Câmara. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se havia alguma questão, que não se verificando, colocou as dezassete propostas a votação que foram todas aprovadas por unanimidade. _____

----Retomando a Ordem de Trabalhos passou ao ponto número seis relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 180/2012/CM, referente à E02/11/CP – Empreitada de conservação e restauro da Igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo (Nossa Senhora das Ondas) – Alteração à repartição de encargos. _____

----Referiu que não se tratava de uma proposta muito diferente das anteriores mas que não tinha querido incluir no mesmo pacote por estarem a falar de uma alteração à repartição de encargos porque, como os membros podiam constatar que, seguramente, a empreitada iria estender-se até ao ano de dois mil e catorze quando inicialmente estava previsto que terminasse em dois mil e treze. O valor da repartição de encargos para dois mil e catorze era de apenas cento e setenta e cinco euros contudo, o que ali estava em causa era que continuava a ser uma repartição de encargos, daquela feita, alterada nos seus prazos. _____

----Perguntou se os membros pretendiam alguma explicação adicional, o que não se verificando, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que iria passar ao ponto número nove, a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 183/2012/CM, referente à E65/09/CP – Empreitada de construção do Centro Escolar da Horta do Carmo (EB1 JI) – Prorrogação de prazo e nova repartição de encargos que, como os membros podiam constatar, se tratava de uma questão semelhante à anterior pois também se referia a uma repartição de encargos sendo que a diferença residia na prorrogação do prazo. Naquele caso a prorrogação tinha sido solicitada pela própria empresa que pedia mais seis meses. Tratava-se pois, de uma prorrogação graciosa já que a empresa, como a grande maioria das empresas ligadas à construção civil, não atravessava um bom momento. A Câmara tinha aceite a prorrogação, pelo que lhes cabia ratificar, ou não, a mesma. _____

----Colocou à consideração dos membros a solicitação de alguma explicação. _____

----O Membro Luís Nunes referiu que pretendia pedir uma explicação ao Executivo relativamente ao motivo pelo qual a empresa estava a solicitar aquela prorrogação. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que o motivo era bastante simples. A empresa Sá Machado, a

quem tinham adjudicado a obra, tinha um grande pacote de obras na Parque Escolar o que, era sinónimo de atrasos nos recebimentos. Todas as grandes empresas se encontravam com enormes dificuldades tendo muitas findado. A Sá Machado tinha tido sérias dificuldades para manter o ritmo da obra, não tendo inclusivamente, mantido qualquer ritmo pois estava quase num processo de insolvência. _____

----A Câmara estava a pagar os respetivos autos de medição da obra em cima dos prazos, pelo que, o que estavam a tentar fazer juntamente com a empresa era mantê-la para que esta não parasse pois, se tal acontecesse, teriam um problema que representava a posse administrativa e a abertura de um novo concurso o que resultaria num enorme atraso na obra que tinha Fundos Comunitários e, como os membros sabiam, um empréstimo já comprometido representando por isso uma enorme responsabilidade. _____

----Na prática, a obra já estava concluída em dois terços, já se encontrava fechada e já tinha os alumínio. _____

----Assim, a prorrogação graciosa de seis meses era aceite porque também constituía interesse da Câmara que a obra continuasse evitando daquele modo o enorme problema que teriam no caso de insolvência da empresa. A obra tinha sido adjudicada por dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil euros, acrescidos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, e ainda tinham que lançar procedimento para a aquisição do equipamento que não estava contemplado na obra, o que apenas poderiam fazer quando houvessem fundos disponíveis para o que as votações que tinham sido efetuadas anteriormente muito iriam contribuir, e quando pudessem calcular o término da obra para que não tivessem o equipamento sem a obra terminada. _____

----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que todos os motivos apresentados se tinham que conjugar, pelo que, eram aquelas as razões porque tinham aceite o pedido de prorrogação. _____

----O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Membro Brandão Pires. _____

----O Membro Brandão Pires referiu que se congratulava com o facto da Câmara, dos serviços da Câmara terem disponibilizado informação relativa a cada um dos processos o que se aplicava tanto àquele como a outros. Ele já conhecia a situação que o Presidente da Câmara tinha acabado de explicar porque a proposta era acompanhada de documento onde constava toda a tramitação dentro da Câmara, os despachos do Presidente, os despachos dos Vereadores, as informações dos Chefes de Divisão e dos técnicos, tornando assim o processo muito mais transparente face a cada um dos assunto ali em discussão. Terminou dizendo que queria deixar ali aquele registo. _____

----O Membro Luís Nunes mencionou que a sua questão não tinha quaisquer segundas intenções. _____

----O Membro Brandão Pires respondeu que o mesmo acontecia com a dele. _____

----O Membro Luís Nunes referiu que tinha ouvido dizer publicamente e que era voz corrente que a empresa tinha falido tendo, por isso, deixado a obra e que a mesma tinha retomado com outra

empresa. Sinceramente não se tinha apercebido, nem sabia de que empresa se tratava, pelo que, não sabia se era verdade o que corria, razão pela qual tinha levantado a questão. _____

----Sabia que se se dirigisse à Câmara e solicitasse acesso aos documentos, certamente também tomaria contato com eles e ficaria esclarecido tal como o colega Brandão Pires tinha demonstrado na sua intervenção, contudo desconhecia que teria que substituir a sua colega e não tinha disposto de tempo para se debruçar e esclarecer sobre os assuntos. _____

----O Presidente da Câmara referiu que havia muitas coisas que diziam e que não correspondiam à verdade. A obra tinha sido adjudicada à empresa Sá Machado e era quem lá continuava, sendo os subempreiteiros da empresa a quem a Câmara pagava diretamente e que, por acaso, se tratava de um factoring da Sá Machado que já tinha recebido o dinheiro, pagando a Câmara ao factoring pontualmente para que não tivesse que suportar juros. De facto, nomeadamente durante o verão, a obra tinha evoluído muito lentamente, tendo a empresa comunicado as dificuldades o que tinha levado a um conjunto de reuniões. Tinham acompanhado e monitorizado com a empresa o desenrolar de todo o processo, com todo o cuidado e algum secretismo para que não se verificasse pânico generalizado o que, de alguma forma, tinha levado a que eles estivessem presentemente a executar a obra de modo mais célere. Se a Parque Escolar lhes pagasse, seguramente a questão seria viável. _____

----Verificando que não havia mais intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Passou ao ponto número dez sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 184/2012/CM, referente ao Plano de liquidação dos pagamentos em atraso que era também uma consequência da Lei dos compromissos, tendo a Câmara que apresentar um plano de liquidação. Passava a palavra ao Presidente da Câmara para que explicasse. _____

----O Presidente da Câmara referiu que a Lei previa um conjunto de normas e procedimentos que faziam com que as Câmaras com o endividamento que tinham, de alguma forma excessivo no caso da Câmara de Tavira, previssem que as dívidas anteriores à entrada em vigor da Lei 8/2012, pudessem transitar através de um conjunto de mecanismos. Um daqueles mecanismos era o plano de liquidação. _____

----Na prática, estava proposto um plano de liquidação de um conjunto de procedimentos, sendo certo que alguns dos inscritos já se encontravam liquidados. Aquele plano de liquidação iria ser pago com a verba resultante do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local cujo contrato tinha sido assinado por ele na sexta feira anterior. Como os membros sabiam a Câmara tinha subscrito, tinha-se candidatado ao PAEL com um documento técnico do payback do empréstimo, cujo valor era de um milhão, setecentos e noventa e oito mil euros conforme documento apresentado na Assembleia Municipal anterior. Era aquele o valor que tinham pedido e que o Governo tinha concedido, cujo contrato já tinha sido assinado por ele e ratificado por unanimidade em Reunião de Câmara realizada às dezassete horas daquele mesmo dia. _____

----No dia seguinte iriam remeter o processo para Tribunal de Contas para obtenção do visto, sendo que, a acreditar no constante do contrato, cinco dias após ser dado conhecimento do visto à entidade que geria o PAEL, a Direção Geral do Tesouro, a verba ficaria disponível. _____

----Assim, aquele plano de liquidação e a sua aprovação referia-se à verba que já estava autorizada e que devia ter sido elaborado na altura em que tinha saído a Lei dos compromissos mas que tinham entendido apresentá-lo naquele momento para que pudessem conjugar um conjunto de mecanismos de modo a transitarem o ano numa situação financeira bem mais equilibrada relativamente à que tinham transitado no ano anterior. _____

----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que muitos dos compromissos do plano de liquidação já se encontravam pagos estando cerca de um milhão e duzentos mil euros por liquidar. O Plano de liquidação também era necessário para dar contas ao Governo. _____

----O Presidente da Assembleia indagou se havia alguma intervenção relativa àquele plano de pagamento que, não se verificando, colocou a proposta a votação. _____

----A proposta foi aprovada por unanimidade. _____

----Passando ao ponto número onze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 185/2012/CM, referente à Adequação da estrutura orgânica à Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, cedeu a palavra ao Presidente da Câmara para que explicasse. _____

----O Presidente da Câmara disse que dentro do plano de contenção orçamental que a Câmara tinha vindo a desenvolver nos últimos três anos, e do qual os membros iam tendo conhecimento, quando tinham assumido funções em outubro de dois mil e nove, a estrutura da Câmara era constituída por cinco Departamentos e dezoito Divisões. Era uma estrutura grande para os cerca de quinhentos e trinta funcionários que a Câmara tinha. Assim, na primeira avaliação ou, a primeira avaliação que tinham feito e proposto naquela Assembleia que tinha aprovado a estrutura orgânica logo nos primeiros meses de dois mil e dez, e que estava em vigor até à data, tinha resultado numa estrutura orgânica com quatro Departamentos e catorze Divisões. Dos quatro Departamentos apenas três estavam provido sendo que um estava vago por vacatura do lugar e, doze Divisões estão providas estando duas vagas. _____

----A nova Lei das Autarquias Locais já criada pelo atual Governo, relativa ao plano de contenção de despesas e à reestruturação das Autarquias Locais de acordo com os parâmetros definidos pelo Governo, daria à Câmara de Tavira a possibilidade de ter doze estruturas orgânicas repartidas por dois Departamentos e dez Divisões ou apenas doze Divisões. _____

----Dentro do quadro atual da repartição de competências, de acordo com os livros de gestão e com alguma horizontalidade que pretendiam na ligação com os Vereadores e Presidente da Câmara, com os próprios serviços e, uma vez que se tratava de uma estrutura orgânica muito pequena, tinham entendido ir mais além e horizontalizarem toda a estrutura. Assim, tinham prescindido dos Departamentos propondo apenas dez Divisões. Com aquela medida iriam passar de uma organização

com vinte e três Chefes bem remunerados para uma organização com dez Chefes remunerados como Chefes de Divisão o que lhes permitiria poupar anualmente um valor que não estava calculado em pormenor, mas seguramente, se situaria entre os duzentos e duzentos e cinquenta mil euros com vencimentos e encargos sociais. _____

----Para terminar, o Presidente da Câmara disse que dentro da poupança efetiva que estavam a tentar efetuar iam, de alguma forma, reduzir bastante o número de dirigentes proporcionando uma relação muito mais linear com os Vereadores esperando que fosse muito mais eficiente e eficaz, sendo certo, que aquele era um trabalho que estavam a continuar aproveitando a linha do Governo que tinha resolvido furar a autonomia do poder local impondo o número de Chefes que deveriam ter. Assim, tinham ido um pouco mais além na procura de soluções eficientes para a redução dos custos do que o que o próprio Governo indicava. _____

----O Presidente da Assembleia perguntou se havia alguma intervenção relativa ao assunto que, não se verificando, colocou a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

----O ponto número doze relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 186/2012/CM, referente à 1ª. Alteração ao mapa de pessoal – 2012 resultava apenas a uma alteração pontual na sequência do regresso de um técnico superior à Câmara Municipal por este ter cessado a sua comissão de serviço noutra Autarquia. Passou a palavra ao Presidente da Câmara. _____

----O Presidente da Câmara disse que se tratava do regresso de um colaborador dos quadros do Município que regressava da Câmara de Serpa e ainda da necessidade que tinham de propor ao Governo que autorizasse a abertura de um concurso para o quadro para provimento de um coveiro porque tendo um contratado, quando terminasse o contrato o Município não poderia ficar apenas com um pois seria uma enorme responsabilidade. Na prática, estavam a prever no quadro o regresso do técnico superior e o aprovisionamento de um assistente operacional para o qual teriam, após a aprovação naquela Assembleia, se assim o entendessem, que propor ao Governo autorização para a abertura de um concurso público por tempo indeterminado para que entrasse para o quadro como coveiro uma pessoa que até poderia não ser a atual _____

----Não se verificando intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----O Presidente da Assembleia disse que dando cumprimento à Ordem de Trabalhos passava ao ponto número treze sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 197/2012/CM, referente à Prorrogação do prazo do contrato de prestação de serviços para a elaboração do estudo de mobilidade interurbana – Algarve Central. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que como os membros sabiam havia, para aquela ação concreta, seis Municípios que constituíam o Algarve Central. Aquele caso referia-se a um conjunto de procedimento para a elaboração de um estudo de mobilidade interurbana cuja ideia, seguramente tinha

vinte anos, mas que apenas atualmente estava a ser elaborado. A ideia era que existisse um plano de mobilidade com transportes e acessibilidades desde Albufeira a Tavira estando, para isso, o estudo a ser financiado por Fundos Comunitários. Porque a empresa parecia estar com algumas dificuldades, tinha solicitado a prorrogação de prazo para a apresentação do estudo. Assim, e porque o mesmo envolvia alguns custos para o Município embora a faturação certamente não se verificasse no corrente ano, tinham repartido os encargos adotando o mesmo procedimento das anteriores dezassete propostas pois não necessitavam de ter o valor provisionado. _____

----O Presidente da Assembleia após verificar que não havia questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----O ponto número dezasseis da Ordem de Trabalhos referia-se à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 200/2012/CM, referente ao Museu da Terra – Adiamento de encargos. Tratava-se também de uma repartição de encargos mas que não tinha integrado o conjunto de pontos por ser um adiamento. _____

----Verificando que ninguém se pretendia pronunciar e efetuada votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. _____

----Passando ao ponto número dezassete sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 204/2012/CM, referente ao Empréstimo quadro – Banco Europeu de Investimento (BEI) – “Recuperação da Igreja da Nossa Senhora das Ondas” disse que não se tratava propriamente de um empréstimo e solicitava ao Presidente da Câmara que explicasse. _____

----O Presidente da Câmara mencionou que, como sabiam, os projetos de candidatura da regeneração urbana previstos no POAlgarve21 – Programa Operacional do Algarve 21 incluíam a recuperação da Igreja das Ondas. Quando tinham iniciado funções aquela candidatura estava prevista mas não elaborada, pelo que, tinham tido que montar toda a operação financeira de modo a poderem avançar com a obra cujos projetos já se encontravam ou terminados ou em avançado estado de elaboração, tendo sido lançado o concurso. _____

----Ao formatar o plano de financiamento para a obra, a questão tinha sido como obter a verba necessária. Sendo certo que uma parte importante seria proveniente do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, a parte dos fundos Municipais tinha sido candidatada a uma linha BEI - Banco Europeu de Investimento do QREN, conjuntamente com o Parque Verde do Séqua e a Casa do Compromisso que se localiza ao lado da Igreja das Ondas e cuja obra tinha sido adiada por conter achados arqueológicos. _____

----Assim, aquela proposta tinha como finalidade retomar o processo sobre o qual o BEI tinha levantado um conjunto de questões tendo presentemente indagado se a Câmara ainda pretendia o financiamento que, obviamente, tinham respondido positivamente porque se tratava de um financiamento com uma taxa de juro entre dois e meio e três por cento que interessava de sobremaneira, pois tratava-se de

dinheiro mais barato do que conseguiriam em empréstimos bancários e, obviamente, era um empréstimo sustentado. _____

----O Presidente da Câmara concluiu dizendo que, basicamente, era o retomar da questão prevendo-se que a obra que estava a decorrer estivesse pronta no primeiro semestre do ano de dois mil e quatro. Tinham que marcar uma visita de autarcas para lá se deslocarem pois já se encontrava visitável. Aquela constituía a procura de uma solução para, se não estava errado, cerca de noventa e quatro mil euros que muito iriam desafogar a tesouraria. _____

----O Presidente da Assembleia verificando que não havia questões, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. _____

----Informou que iriam passar ao ponto que fazia parte do aditamento e que se referia à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 215/2012/CM, referente à Alteração das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis e que era uma questão que tinha sido aprovada na última sessão da Assembleia mas que a Câmara tinha resolvido efetuar uma contra proposta, pelo que, supunha que o Presidente da Câmara quisesse esclarecer. _____

----O Presidente da Câmara começou por referir que aquela era a prova de que mesmo após as propostas terem sido deliberadas e aprovadas e enquanto dispusessem de tempo para efetuar a comunicação ao Ministério das Finanças que naquele caso concreto, o registo na aplicação das Finanças do valor da taxa de IMI – Imposto sobre Imóveis tinha que ser efetuado até ao dia trinta do corrente mês, as mesmas poderiam ser alteradas de acordo com a observação das conjunturas. _____

----Relativamente àquela matéria, em setembro passado tinham sido aprovadas, num determinado pressuposto, as taxas de zero vírgula cinco e zero vírgula oito. Em setembro, quando da aprovação da proposta, que tinha sido aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara, sendo-o por maioria naquela Assembleia de onde tinham surgido dois ou três considerados que, obviamente, tinham levado em devida conta, a realidade económica era completamente diferente da atual. Há dois meses atrás a degradação da vida social, económica e financeira das famílias não era tão acentuada, perspetivava-se mas não era tão acentuada. Também naquela altura não havia ainda as perspetivas relativamente ao Orçamento do Estado nem se sabia qual seria a carga tributária que viria a trazer e que, certamente, seria aprovado. _____

----Presentemente existia uma perceção mais clara sobre como iria decorrer o ano de dois mil e treze. Assim, em setembro tinham aprovado aquelas taxas com a plena consciência de que estavam a proceder corretamente, sendo as taxas adequadas para as necessidades de tesouraria. Não sendo contudo despiendo o esforço que vinham a fazer na redução da dívida municipal, das necessidades de financiamento para o próximo ano, tinham considerado que poderiam encaminhar-se no sentido de desagravar aquela taxa que, seguramente, permitiria que as famílias não despendessem um valor que estimavam ser de entre um milhão e um milhão e meio de euros adicionais para os cofres do Município

de Tavira resultantes da aplicação da taxa do IMI. _____

----A proposta era pois, no sentido de revogarem o que tinham decidido em setembro, que era de zero virgula cinco e zero virgula oito por cento, o que seguia a tradição desde que o IMI tinha sido criado, no ano de dois mil e três, com a aplicação das taxas máximas por parte do Município de Tavira. _____

----De alguma forma tinham recuado e desagravado, tendo mantido as taxas vigentes de zero virgula quatro e zero virgula sete por cento o que significava que estavam e iam continuar no escalão intermédio permitido por Lei que era de zero virgula três e zero virgula cinco, situando-se Tavira nos zero virgula quatro e zero virgula sete. Assim, Tavira não iria situar-se nas taxas mais altas pois, e quando fosse elaborado o mapa comparativo dos índices do Algarve que seguiam uma recomendação dos Municípios tomada em reunião da AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve no sentido de aplicarem as taxas máximas, constatariam que haveriam várias taxas de zero virgula cinco por cento. ____

----O Presidente da Câmara continuou mencionando que costumava dizer que até a decisão final estar tomada ou até que a data lhes permitisse, deviam de ponderar atualizando cada caso, sendo que, naquele caso concreto, se justificava a revogação da decisão anteriormente tomada, andando um passo atrás e mantendo algum valor nas famílias, que no caso, seria substancial e, esperava que as avaliações dos prédios que estavam a ser feitas, com a cláusula de salvaguarda que iria vigorar durante o ano seguinte, as famílias pudessem não ter um agravamento em sede de IMI cujo efeito para a receita municipal iriam verificar. Acreditava que não seria muito significativa porque em Tavira, dos prédios não avaliados, cerca de cinquenta por cento já estavam, pelo que, havia uma combinação de prédios que deixavam de ser taxados a zero virgula sete por força da cláusula de salvaguarda, no valor de setenta e cinco euros, e passavam a ser taxados a zero virgula quatro o que, seguramente, não seria um valor muito mais elevado. _____

----Naquele momento não podiam saber o resultado daquela equação porque as Finanças tinham até fevereiro para proceder ao carregamento dos valores e, pelo que sabia, presentemente apenas cinquenta por cento do trabalho estava executado. _____

----Concluiu referindo que havia alguns que afirmavam que seria um passo atrás, ele dizia que era um passo em frente no sentido de devolver, de não cobrar mais às famílias que iriam enfrentar muitas dificuldades e que “*em boa hora*” tinham revogado uma decisão que na altura tinha sido ponderada mas que presentemente não se justificava. _____

----O Membro Vítor Faleiro mencionou que apenas pretendia indagar sobre o que tinha lido, não se recordava aonde, mas que os Municípios que iriam assinar o protocolo do PAEL com o Governo teriam que suportar o aumento das taxas máximas. _____

----O Presidente da Câmara respondeu que de facto assim era mas apenas para os Municípios que tivessem concorrido ao Programa I o que seria o caso, que ele soubesse, dos Municípios de Portimão, Faro, Albufeira e Vila Real de Santo António. Tavira tinha concorrido ao Programa II onde, conforme o

contrato que tinha assinado, o plano de payback não continha qualquer condicionalismo a não ser em caso de eventual incumprimento das prestações semestrais que oneravam em dois por cento a taxa do empréstimo e, em caso de não pagamento o Fundo Geral Municipal seria retido. _____

----Terminou dizendo que não existia ali qualquer outra questão estando inclusivamente prevista a apresentação na sessão daquela Assembleia Municipal a realizar em dezembro, a proposta de alteração da taxa da derrama para zero por cento que ainda não tinha sido apresentada em Reunião de Câmara e cuja decisão também estava a ser ponderada. _____

----O Presidente da Assembleia verificando não existirem mais questões, colocou a proposta a votação. _

----A proposta foi aprovada por maioria de vinte e nove votos a favor e uma abstenção. _____

----O Membro Rui Horta solicitou a palavra para referir que já tendo sido efetuada a votação gostava de mencionar algo sobre aquela questão. _____

----Queria apenas dizer que estava disposto a aceitar, da parte do Presidente da Mesa, um pedido de desculpas em relação ao que constava na página número vinte e três da ata que tinham acabado de aprovar e uma salva de palmas da bancada do PS – Partido Socialista, que também aceitava com toda a humildade, novamente em relação ao constante na mesma página da ata, porque sobre aquele assunto, na última Assembleia Municipal tinha sido acusado desde demagogo a esquecido crónico. _____

----Tinha ouvido as palavras do Presidente da Câmara e não entendia aquela questão como um recuo pois já em setembro considerava uma medida necessária continuando a considerá-la. Sabia que representava um esforço financeiro para a Câmara mas que se justificava, contudo as palavras que lhe tinham sido dirigidas na última Assembleia Municipal sobre aquele preciso assunto, o aumento das taxas do IMI, tinham sido injustificadas e talvez excessivas. _____

----O Presidente da Assembleia agradecendo a intervenção disse que não lhe parecia que o contexto tivesse sido aquele. O que tinha sido dito na última sessão e não necessitava de verificar a ata, era que o Membro Rui Horta tinha referido que a Câmara não baixava as taxas do IMI porque não queria, tendo sido essa a afirmação que tinha considerado demagogia porque na situação atual referir que uma Autarquia não baixava os impostos porque não queria, para ele era demagogia, o que continuava a afirmar. _____

----Assim, as desculpas não se verificariam porque não pedia desculpas por algo que conscientemente considerava bem e que continuaria a afirmar se a situação fosse a mesma. _____

----De qualquer modo, também não considerava um recuo mas sim bom senso estando os tavirenses de parabéns porque iriam pagar substancialmente menos, principalmente os proprietários de prédios que não eram avaliados desde o ano de dois mil e quatro e, portanto, congratulava-se com isso e com o facto da Assembleia ter decorrido muitíssimo bem não tendo havido demagogias. _____

----O Presidente da Câmara disse que queria enaltecer a forma como aquela Assembleia tinha decorrido só se tendo verificado uma abstenção da Membro Elisabete Rocha tendo o restante sido votado por

unanimidade. Considerava que não era por unanimidade nem por unanimismo mas que os assuntos ali apresentados eram atos de gestão do Município, pelo que, pensava que os membros tinham compreendido o que era um ato de gestão do Município e uma opção política. O que tinha ali sido aprovado eram atos de mera gestão do Município que a Lei tinha imposto que fossem apresentado em Assembleia Municipal, pelo que, considerava que a mesma tinha decorrido muitíssimo bem, na linha das melhores a que já tinha assistido não o sendo devido à falta de conflitualidade intelectual e politica que considerava positiva. _____

----Acrescentava que nem por um momento, pois considerava importante dizê-lo, tinha ficado esquecido o resultado do debate ocorrido na última Assembleia Municipal porque tinha sido um debate aceso, com palavras ditas, reditas e mantidas, contudo naquele dia era outro debate com umas circunstâncias completamente diferentes. Porém, afirmava que do debate democrático verificado na última sessão tinha ficado alguma coisa contudo tinha existido um tempo em que uma decisão tomada, por muito inqualificável que fosse, não era alterada uns meses depois, situação que felizmente, não acontecia presentemente pois era um tempo de se procederem a avaliações constantes porque a vida estava a mudar muito rapidamente. _____

----Para terminar disse que queria agradecer aos membros. _____

----O Presidente da Assembleia referiu que iria colocar a votação as atas em minuta mas como vinte e cinco delas tinham sido aprovada por unanimidade pedia que o dispensassem de lê-las. Relativamente à proposta da alteração de taxas, referiu que tinha sido aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor e uma abstenção. _____

----As minutas foram aprovadas por unanimidade. _____

----De acordo com o regulamento iria passar a palavra ao público para intervir sobre qualquer assunto que não tivesse feito parte da Ordem de Trabalhos. _____

----O Presidente da Assembleia verificando que não existiam intervenções, agradeceu e deu por encerrada a sessão pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. _____

A MESA DA ASSEMBLEIA,
